



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10930.000868/95-61**

Sessão : 29 de agosto de 1996
Recurso : **99.143**
Recorrente : ALCEU FAVARÃO
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

DILIGÊNCIA Nº 203-00.502

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
ALCEU FAVARÃO.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1996

Sérgio Afamasieff
Presidente

The signature is handwritten in black ink, appearing to read "Sérgio Afamasieff". Below the signature, the name is printed in a standard font.

Francisco Sérgio Nalini
Relator

The signature is handwritten in black ink, appearing to read "Francisco Sérgio Nalini". Below the signature, the name is printed in a standard font.

FCLB/val-mas-val



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10930.000868/95-61

Diligência : 203-00.502

Recurso : 99.143

Recorrente : ALCEU FAVARÃO

RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado, foi notificado (fls. 02) a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/94, e demais consectários legais, referente ao imóvel rural denominado Fazenda 'São João I', de sua propriedade, localizado no Município de Diamantino-MT, com área total de 4.093,1ha.

Impugnando o feito às fls. 01 e 04, o requerente solicitou a retificação da declaração do imóvel, alegando o que segue:

1- que o Município do imóvel é Nova Maringá e não Diamantino em Mato Grosso, conforme Certidão de Cartório às fls. 14 e Declaração da Prefeitura de Nova Maringá às fls. 15; e

2- que errou ao apresentar o cálculo do Valor da Terra Nua-VTN, anexando nova Declaração às fls. 03.

Junta Declaração de avaliação comercial do imóvel às fls. 06.

A DRF de Londrina-PR, defere o pleito em parte, acatando apenas a mudança do Município, nada alterando no cálculo do imposto, conforme demonstra às fls. 34/40, alegando que a retificação de declaração, nos termos do art. 147 do CTN, só é admissível quando cumulativamente, se verifique erro cometido na declaração e que seja solicitada antes de notificado o lançamento. Tece também considerações sobre a validade das contribuições CNA e ao SENAR.

Inconformado, o contribuinte alega, às fls. 44/45, o que resumidamente apresentamos:

1 - que o valor da terra nua-VTN foi erroneamente lançado na importância de 2.046.550 UFIR, tendo como resultado a importância a pagar de 100.443,88 UFIR;

2 - que a avaliação juntada estabelecia um valor de mercado de R\$ 445.912,38 para o imóvel, e que o ITR a pagar, convertido, no montante de R\$ 79.872,97, representa 18% do valor do imóvel, e que em 5 anos o imóvel seria praticamente consumido pelo imposto; e

3 - que seja nomeado um perito para executar a avaliação do imóvel.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10930.000868/95-61
Diligência : 203-00.502

Requer, por fim, que se dê procedência ao solicitado e que seja efetuado um novo lançamento.

A autoridade julgadora, DRJ em Curitiba - PR, determinou a manutenção da cobrança conforme ementa de decisão abaixo transcrita (fls. 48/50):

**"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
Exercício de 1994.**

No lançamento feito com base na declaração do contribuinte, o crédito lançado somente poderá ser reduzido se a retificação for apresentada antes da notificação e mediante comprovação do erro em que se funde.

Considerar-se-á não formulado o pedido de perícia que deixar de atender os requisitos legais.

A autoridade julgadora só poderá rever, a prudente critério, o Valor da Terra Nua Mínimo - VTNm à vista de perícia ou laudo técnico emitido por entidade especializada.

Lançamento procedente."

Irresignado, o recorrente interpôs Recurso de fls. 53/60, reiterando que fosse corrigido o erro de fato no preenchimento da DITR/94, trazendo aos autos novos cálculos do Valor da Terra Nu-VTN e uma nova avaliação do imóvel (fls. 62/66).

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10930.000868/95-61
Diligência : 203-00.502

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele conheço por tempestivo.

Consoante o relatado, a matéria sob exame é o questionamento do VTN informado, que resultou em valor do ITR/94 lançado, considerado alto pelo contribuinte. Por seu turno, a decisão recorrida não aceitou nem as alegações do recorrente, nem a avaliação juntada.

Para que se encontre melhor respaldo para a formação de convicção, voto no sentido de converter o julgamento do presente recurso voluntário em diligência, junto à repartição fiscal de origem, via DRJ/Curitiba-PR, para que a autoridade fazendária se digne anexar as DPs de 1992 e 1993 e, ainda, informe:

a) quais os VTN declarados pelo contribuinte, em UFIR, e utilizados pela SRF para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993;

b) quais os VTNm utilizados pela SRF (conforme Ato Normativo), em UFIR, para o Município de Nova Maringá-MT, que prevaleceram sobre os VTN declarados pelos contribuintes, para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993; e

c) qual o VTNm (conforme Ato Normativo), em UFIR, que a SRF utilizou como base para confrontar com o VTN informado pelos contribuintes, para atender ao disposto no artigo 2º da IN/SRF nº 16/95, no município em questão, para lançamento do ITR/94.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1996

FRANCISCO SÉRGIO NALINI